



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682509 - SP (2021/0233571-2)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : SILVANA APARECIDA MARTINS
ADVOGADO : SILVANA APARECIDA MARTINS - SP123859
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JOSE ADAO ALVES DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JOSE ADAO ALVES DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2117385-03.2021.8.26.0000).

O paciente foi preso em flagrante em 22/04/2021, por ter, em tese, cometido o crime previsto no art. 147, *caput*, do CP.

A impetrante sustenta a ilegalidade da prisão preventiva do paciente, em virtude da carência de fundamentação idônea para sua decretação, porquanto estariam ausentes os requisitos autorizadores da medida extrema, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Argumenta que o paciente é primário, tem endereço fixo, possui duas filhas menores e exerce trabalho lícito.

Ressalta que o custodiado preenche os requisitos para aguardar em liberdade o julgamento do processo e que, caso ocorra a aplicação de pena, o mesmo poderá ser mantido em liberdade cumprindo medidas alternativas.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva imposta ao paciente, com aplicação de medidas cautelares, se for o caso.

É, no essencial, o relatório.

Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, tendo em vista que o acórdão atacado fundamentou os motivos ensejadores da manutenção da prisão cautelar do paciente, nos seguintes termos:

[...]

Há indícios de autoria e materialidade, de modo que a manutenção da custódia preventiva se justifica para garantia da ordem pública e da aplicação da lei penal, caso venha a ser comprovada a imputação, mostrando-se insuficiente e inadequada a aplicação das medidas cautelares diversas, elencadas no CPP, art. 319.

Importa destacar que o paciente foi preso em flagrante aos 9/4/21 por ter, em tese, cometido o crime previsto na Lei nº 10.826/03, art. 14, caput. Pagou fiança de R\$ 1,4 mil, teve o artefato apreendido e foi solto. Em seguida, aos 13/4/21, a mesma vítima solicitou medidas protetivas, as quais foram deferidas, por supostamente o paciente ter perpetrado idêntico delito (Proc. nº 1504575-98.2021.8.26.0338), ocasião em que novamente a

intimidava exibindo outra arma de fogo. Passados mais alguns dias, tornou a ser preso em flagrante (22/4/21), o que é apurado nos autos de Origem, demonstrando personalidade voltada à prática delitiva e inclinação à reiteração criminosa.

[...] - e-STJ fl. 18.

Nestes termos, não havendo ilegalidade patente e considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, **indefiro o pedido de liminar.**

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência